

ANEXO I: CONDIÇÕES GERAIS
PARA CONTRATOS DE FORNECIMENTO FINANCIADOS PELA UNIÃO
EUROPEIA OU PELO FUNDO EUROPEU DE DESENVOLVIMENTO

<u>CONTEÚDO</u>	
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	2
ARTIGO 1.º - DEFINIÇÕES.....	2
ARTIGO 2.º - LÍNGUA DO CONTRATO.....	2
ARTIGO 3.º - ORDEM DE PRECEDÊNCIA DOS DOCUMENTOS DO CONTRATO	2
ARTIGO 4.º - COMUNICAÇÕES.....	2
ARTIGO 5.º - CESSÃO.....	3
ARTIGO 6.º - SUBCONTRATAÇÃO	3
OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE.....	4
ARTIGO 7.º - ENTREGA DE DOCUMENTOS	4
ARTIGO 8.º - ASSISTÊNCIA EM MATÉRIA DE REGULAMENTAÇÃO LOCAL.....	5
OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO.....	5
ARTIGO 9.º - OBRIGAÇÕES GERAIS	5
ARTIGO 10.º - ORIGEM.....	8
ARTIGO 11.º - GARANTIA DE EXECUÇÃO	9
ARTIGO 12.º - SEGURO	10
ARTIGO 13.º - PROGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DAS TAREFAS.....	10
ARTIGO 14.º - PEÇAS DESENHADAS DO ADJUDICATÁRIO	11
ARTIGO 15.º - SUFICIÊNCIA DOS PREÇOS DA PROPOSTA	12
ARTIGO 16.º - DISPOSIÇÕES FISCAIS E ADUANEIRAS	12
ARTIGO 17.º - PATENTES E LICENÇAS	13
IMPLEMENTAÇÃO DAS TAREFAS E ATRASOS.....	13
ARTIGO 18.º - ORDEM DE INÍCIO DOS TRABALHOS.....	13
ARTIGO 19.º - PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS TAREFAS	13
ARTIGO 20.º - PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS TAREFAS	13
ARTIGO 21.º - ATRASOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS TAREFAS.....	14
ARTIGO 22.º - ALTERAÇÕES	15
ARTIGO 23.º - SUSPENSÃO	17
MATERIAIS E TRABALHO.....	18
ARTIGO 24.º - QUALIDADE DOS FORNECIMENTOS	18
ARTIGO 25.º - INSPEÇÃO E ENSAIO.....	19
PAGAMENTOS.....	20
ARTIGO 26.º - PRINCÍPIOS GERAIS.....	20
ARTIGO 27.º - PAGAMENTOS A TERCEIROS	22
ARTIGO 28.º - PAGAMENTOS EM ATRASO	22
RECEÇÃO E MANUTENÇÃO.....	23
ARTIGO 29.º - ENTREGA	23
ARTIGO 30.º - OPERAÇÕES DE VERIFICAÇÃO	24
ARTIGO 31.º - RECEÇÃO PROVISÓRIA	25
ARTIGO 32.º - OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA GARANTIA	26
ARTIGO 33.º - ASSISTÊNCIA PÓS-VENDA.....	27
ARTIGO 34.º - RECEÇÃO DEFINITIVA	27
INCUMPRIMENTO E RESCISÃO DO CONTRATO.....	28
ARTIGO 35.º - INCUMPRIMENTO DO CONTRATO	28
ARTIGO 36.º - RESCISÃO PELA ENTIDADE ADJUDICANTE	29
ARTIGO 37.º - RESCISÃO PELO ADJUDICATÁRIO	31
ARTIGO 38.º - FORÇA MAIOR	31
ARTIGO 39.º - MORTE.....	32
RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	33
ARTIGO 40.º - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	33
ARTIGO 41.º - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	33
DISPOSIÇÕES FINAIS	34
ARTIGO 42.º - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS	34
ARTIGO 43.º - VERIFICAÇÕES, CONTROLOS E AUDITORIAS POR PARTE DE ORGANISMOS DA UNIÃO EUROPEIA	34
ARTIGO 44.º - PROTEÇÃO DE DADOS	35

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1.º - Definições

- 1.1. Considera-se que os títulos e epígrafes das presentes Condições Gerais não fazem parte integrante das mesmas, não sendo tomados em consideração para efeitos da interpretação do contrato.
- 1.2. Sempre que o contexto o permita, considera-se que os termos utilizados no singular incluem o plural e vice-versa e que os termos utilizados no masculino incluem o feminino e vice-versa.
- 1.3. Os termos referentes a pessoas ou partes abrangem empresas e sociedades, bem como qualquer outra organização dotada de capacidade jurídica.
- 1.4. As definições de termos utilizadas nas presentes Condições Gerais são estabelecidas no «glossário de termos», anexo A1 do Guia Prático dos procedimentos contratuais no âmbito das ações externas da UE, que faz parte integrante do presente contrato.

Artigo 2.º - Língua do contrato

- 2.1. A língua do contrato e de todas as comunicações entre o Adjudicatário, a Entidade Adjudicante e o gestor do projeto ou os seus representantes será a estipulada nas Condições Especiais.

Artigo 3.º - Ordem de precedência dos documentos do contrato

- 3.1. A ordem de precedência será estabelecida no contrato.

Artigo 4.º - Comunicações

- 4.1. Salvo disposição em contrário das Condições Especiais, todas as comunicações escritas respeitantes ao presente contrato entre a Entidade Adjudicante ou o gestor do projeto, por um lado, e o Adjudicatário, por outro, devem mencionar a designação do contrato e o respetivo número de identificação e ser enviadas por correio, telegrama, telex ou fax, correio eletrónico ou entregues pessoalmente nos endereços indicados para o efeito pelas Partes nas Condições Especiais.
- 4.2. Caso o remetente exija um aviso de receção, deve indicar esse facto na sua comunicação e exigir o referido aviso de receção sempre que haja um prazo para a receção da comunicação. Em qualquer caso, o expedidor deve tomar todas as medidas necessárias para assegurar a receção atempada da comunicação.
- 4.3. Salvo disposição em contrário, sempre que o contrato preveja uma notificação, consentimento, aprovação, certificado ou decisão, os mesmos devem ser efetuados por escrito, devendo os termos «notificar», «consentir», «certificar», «aprovar» ou

«decidir» ser interpretados em conformidade. Tais consentimentos, aprovações, certificados ou decisões não podem ser recusados ou retardados sem justificação.

4.4. As instruções ou ordens orais devem ser confirmadas por escrito.

Artigo 5.º - Cessão

- 5.1. A cessão apenas será válida se revestir a forma de acordo escrito pelo qual o Adjudicatário transfere o contrato ou parte dele a um terceiro.
- 5.2. O Adjudicatário não pode, sem o consentimento prévio por escrito da Entidade Adjudicante, ceder o contrato ou qualquer parte do mesmo, ou qualquer benefício ou interesse dele resultante, exceto nos seguintes casos:
 - a) Cessão de uma garantia constituída em favor do banco do Adjudicatário sobre quaisquer montantes vencidos ou a vencer nos termos do contrato; ou
 - b) Transmissão à companhia de seguros do Adjudicatário do seu direito de indemnização contra quaisquer pessoas responsáveis, nos casos em que as companhias de seguros não tenham aceite a responsabilidade ou prejuízos do Adjudicatário.
- 5.3. Para efeitos do disposto no n.º 2, a aprovação de uma cessão da posição contratual pela Entidade Adjudicante não exime o Adjudicatário das suas obrigações relativamente à parte do contrato já executada ou à parte não transmitida.
- 5.4. Se o Adjudicatário ceder o seu contrato sem consentimento, a Entidade Adjudicante pode, sem notificação formal, aplicar as sanções por incumprimento do contrato previstas nos artigos 35.º e 36.º.
- 5.5. Os cessionários devem satisfazer os critérios de elegibilidade aplicáveis à adjudicação do contrato, e não podem ser abrangidos por nenhum dos critérios de exclusão fixados no processo de concurso.

Artigo 6.º - Subcontratação

- 6.1. A subcontratação só é válida se for objeto de um acordo escrito pelo qual o Adjudicatário confia a um terceiro a execução de uma parte do seu contrato.
- 6.2. O Adjudicatário deve solicitar o consentimento da Entidade Adjudicante para proceder à subcontratação. O pedido deve indicar os elementos do contrato a subcontratar e a identidade dos subcontratantes. A Entidade Adjudicante notifica o Adjudicatário da sua decisão, no prazo de 30 dias a contar da receção do pedido, devendo fundamentar uma eventual recusa dessa autorização.
- 6.3. Os subcontratantes devem satisfazer os critérios de elegibilidade aplicáveis à adjudicação do contrato e não podem ser abrangidos por nenhum dos critérios de exclusão fixados no processo de concurso.

- 6.4. A subcontratação não cria relações contratuais entre qualquer subcontratante e a Entidade Adjudicante.
- 6.5. O Adjudicatário é responsável pelos atos, omissões e negligências dos seus subcontratantes e dos seus agentes ou empregados, como se de atos, omissões ou negligências suas, dos seus próprios agentes ou empregados se tratasse. A aprovação pela Entidade Adjudicante da subcontratação de qualquer parte do contrato ou do subcontratante para executar qualquer parte das tarefas não exime o Adjudicatário de nenhuma das suas obrigações contratuais.
- 6.6. Caso um Subcontratante tenha contraído perante o Adjudicatário, relativamente aos fornecimentos efetuados pelo Subcontratante uma obrigação que se prolongue para além do período de garantia previsto no contrato, o Adjudicatário deve, a qualquer momento após o termo do período de garantia, transferir imediatamente para a Entidade Adjudicante, a pedido e a expensas desta última, o benefício da referida obrigação até que a mesma expire.
- 6.7. Se o Adjudicatário proceder à subcontratação sem consentimento, a Entidade Adjudicante pode, sem notificação formal, aplicar as sanções por incumprimento do contrato previstas nos artigos 35.º e 36.º.
- 6.8. Se a Entidade Adjudicante ou o gestor do projeto considerarem que um subcontratante não é competente para executar as tarefas que lhe foram confiadas, podem solicitar imediatamente ao Adjudicatário que o substitua por outro subcontratante com habilitações e experiência que a Entidade Adjudicante considere aceitáveis ou retome ele próprio a execução das tarefas.

OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Artigo 7.º - Entrega de documentos

- 7.1. Salvo disposição em contrário prevista nas Condições Especiais, no prazo de 30 dias a contar da assinatura do contrato, a Entidade Adjudicante deve entregar ao Adjudicatário, livre de encargos, uma cópia dos planos preparados para a implementação das tarefas, bem como uma cópia das especificações e dos outros documentos do contrato. O Adjudicatário pode adquirir exemplares adicionais dos referidos planos, especificações e outros documentos, desde que estejam disponíveis. No momento da receção definitiva, o Adjudicatário deve devolver à Entidade Adjudicante todas as peças desenhadas, especificações e outros documentos do contrato.
- 7.2. A Entidade Adjudicante deve colaborar com o Adjudicatário facultando-lhe as informações que este último possa razoavelmente solicitar para efeitos da execução do contrato.
- 7.3. A Entidade Adjudicante deve notificar o Adjudicatário do nome e endereço do gestor do projeto.

- 7.4. A menos que seja estritamente necessário para efeitos do contrato, os planos, as especificações e outros documentos fornecidos pela Entidade Adjudicante não devem ser utilizados nem comunicados a terceiros pelo Adjudicatário sem o consentimento prévio da Entidade Adjudicante.
- 7.5. O gestor do projeto tem poderes para emitir ordens administrativas relativamente ao Adjudicatário que integrem os planos e instruções suplementares necessárias à correta execução do contrato e à retificação de eventuais defeitos.
- 7.6. Se necessário, as Condições Especiais devem indicar o procedimento utilizado pela Entidade Adjudicante e pelo gestor do projeto para aprovar os planos e outros documentos fornecidos pelo Adjudicatário.

Artigo 8.º - Assistência em matéria de regulamentação local

- 8.1. O Adjudicatário pode solicitar a assistência da Entidade Adjudicante para obter cópias das disposições legislativas, regulamentares e administrativas, bem como informações sobre os costumes locais e disposições administrativas, do país em que os fornecimentos devem ser entregues e que possam afetar o cumprimento das suas obrigações contratuais. A Entidade Adjudicante pode prestar ao Adjudicatário a assistência solicitada, a expensas deste último.
- 8.2. O Adjudicatário deve comunicar à Entidade Adjudicante, em tempo útil, todos os pormenores relativos aos fornecimentos que permitam à Entidade Adjudicante obter as autorizações ou licenças de importação necessárias.
- 8.3. A Entidade Adjudicante encarregar-se-á de obter, segundo as modalidades previstas nas Condições Especiais, as autorizações ou licenças de importação necessárias, dentro de prazos razoáveis, tendo em conta as datas de implementação das tarefas.
- 8.4. Sem prejuízo do disposto na legislação e regulamentação sobre mão-de-obra estrangeira em vigor no país de entrega dos fornecimentos, a Entidade Adjudicante deve prestar uma assistência razoável ao Adjudicatário, a pedido deste, nos pedidos de vistos e autorizações exigidos pela legislação do país de entrega dos fornecimentos, incluindo as autorizações de residência e licenças de trabalho, para o pessoal cujos serviços o Adjudicatário e a Entidade Adjudicante considerem necessários, bem como as autorizações de residência para as respetivas famílias.

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Artigo 9.º - Obrigações gerais

- 9.1. O Adjudicatário deve executar o contrato com o devido cuidado, eficiência e diligência, segundo as melhores práticas profissionais.
- 9.2. O Adjudicatário procederá, em conformidade com as condições previstas no contrato, ao projeto, ao fabrico, à entrega no local, à montagem, aos ensaios e à colocação em serviço dos fornecimentos, bem como à realização de todos os outros

trabalhos necessários, incluindo a reparação de eventuais defeitos nos fornecimentos. O Adjudicatário deve igualmente assegurar a supervisão e fornecer o equipamento, a mão-de-obra e todos os elementos necessários à implementação das tarefas.

- 9.3. O Adjudicatário deve respeitar as ordens administrativas do gestor do projeto. Se o Adjudicatário considerar que os requisitos de uma ordem administrativa ultrapassam o âmbito do contrato, deve comunicá-lo, com a devida fundamentação, ao gestor do projeto. Se o Adjudicatário não proceder à notificação no prazo de 30 dias após a receção, deixará de o poder fazer. Esta notificação não suspende a execução da ordem administrativa.
- 9.4. Se tal lhe for pedido, o Adjudicatário deve fornecer à Entidade Adjudicante e à Comissão Europeia, sem demora, todas as informações e documentos relacionados com as condições de execução do contrato.
- 9.5. O Adjudicatário deve respeitar e cumprir todas as disposições legislativas e regulamentares em vigor no país da entrega dos fornecimentos e assegurar que o seu pessoal, as pessoas a cargo deste último e os seus empregados locais respeitam e cumprem igualmente estas disposições. O Adjudicatário deve indemnizar a Entidade Adjudicante por eventuais reclamações ou processos decorrentes de qualquer infração a tais disposições cometida por ele próprio, pelo seu pessoal ou pelas pessoas a seu cargo.
- 9.6. Na eventualidade de acontecimentos, ações ou omissões imprevistos que obstem direta ou indiretamente, total ou parcialmente, à execução do contrato, o Adjudicatário deve proceder de imediato e por sua própria iniciativa ao respetivo registo e comunicá-lo à Entidade Adjudicante. O relatório deve incluir uma descrição do problema e uma indicação da data em que teve início, bem como as medidas de reparação tomadas pelo Adjudicatário para assegurar o cumprimento integral das suas obrigações contratuais. Nestes casos, o Adjudicatário deve dar prioridade à resolução do problema em detrimento do apuramento de responsabilidades.
- 9.7. Sem prejuízo do artigo 9.º, n.º 9, o Adjudicatário compromete-se a tratar com a maior confidencialidade e a não utilizar nem divulgar a terceiros informações ou documentos relacionados com a execução do contrato sem o consentimento prévio, por escrito, da Entidade Adjudicante. O Adjudicatário continuará sujeito a este compromisso após a conclusão das tarefas e deve obter de todos os membros do seu pessoal o mesmo compromisso. Não obstante, a utilização da referência do contrato para efeitos de comercialização ou concurso não carece da autorização prévia da Entidade Adjudicante, exceto se esta tiver declarado o contrato confidencial.
- 9.8. Se o Adjudicatário for uma empresa comum ou um consórcio constituído por duas ou mais pessoas, todas elas são conjunta e solidariamente responsáveis pela execução do contrato. A pessoa designada pelo consórcio para agir em seu nome para efeitos do contrato tem poderes para vincular o consórcio e é o único interlocutor para todos os aspetos contratuais e financeiros. A composição ou a constituição da empresa comum ou do consórcio não pode ser alterada sem o consentimento prévio da Entidade Adjudicante. Qualquer alteração da composição

do consórcio efetuada sem o consentimento prévio por escrito da Entidade Adjudicante pode dar origem à rescisão do contrato.

- 9.9. Salvo pedido ou acordo em contrário da Comissão Europeia, o Adjudicatário deve tomar as medidas necessárias para dar visibilidade adequada ao financiamento da UE. Estas medidas devem respeitar as regras do Manual sobre a Comunicação e a Visibilidade das Ações Externas da UE, publicado pela Comissão Europeia.
- 9.10. Todos os registos devem ser conservados durante um período de 7 anos após o pagamento final efetuado no âmbito do contrato. Em caso de incumprimento desta obrigação, a Entidade Adjudicante pode, sem notificação formal, aplicar as sanções por incumprimento de contrato previstas nos artigos 35.º e 36.º.

Artigo 9.º-A Código Deontológico

- 9a.1 O Adjudicatário deve agir sempre com imparcialidade e como conselheiro leal, em conformidade com o código deontológico da sua profissão. Deve abster-se de prestar declarações públicas sobre o projeto, sem a aprovação prévia da Entidade Adjudicante. Não deve, de modo algum, vincular a Entidade Adjudicante sem o consentimento prévio, por escrito, desta última, devendo, se for caso disso, esclarecer esta obrigação perante terceiros.
- 9a.2 O Adjudicatário e o seu pessoal devem respeitar os direitos humanos e comprometer-se a não ofender as práticas políticas, culturais e religiosas do país de entrega dos fornecimentos.
- 9a.3 O Adjudicatário deve respeitar a legislação laboral fundamental internacionalmente aceite, ou seja, as normas laborais fundamentais da OIT, as convenções sobre a liberdade de associação e de negociação coletiva, a eliminação do trabalho forçado, a eliminação da discriminação em matéria de emprego e de profissão e a abolição do trabalho infantil.
- 9a.4 Nem o Adjudicatário nem qualquer dos seus subcontratantes, agentes ou pessoal podem utilizar os poderes que lhe foram confiados para obter proveitos próprios. Nem o Adjudicatário nem qualquer dos seus subcontratantes, agentes ou pessoal podem receber ou concordar em receber de qualquer pessoa, ou oferecer ou concordar em oferecer a qualquer pessoa, ou obter para qualquer pessoa, presentes, gratificações ou comissões ou benefícios de qualquer tipo a título de incentivo ou de recompensa por realizar ou se abster de realizar qualquer ato relacionado com a execução do contrato, ou por mostrar preferência ou má vontade relativamente a qualquer pessoa relacionada com o contrato. O Adjudicatário deve respeitar toda a legislação, regulamentação e códigos em vigor em matéria de luta contra o suborno e a corrupção.
- 9a.5 Os pagamentos efetuados ao Adjudicatário no âmbito do contrato devem constituir a sua única remuneração ou o único benefício a título do contrato. O Adjudicatário e o seu pessoal devem abster-se de exercer qualquer atividade ou de auferir qualquer vantagem incompatível com as suas obrigações contratuais.
- 9a.6 A execução do contrato não deve dar lugar ao pagamento de despesas comerciais extraordinárias. Entende-se por «despesas comerciais extraordinárias» as comissões não mencionadas no contrato principal ou não resultantes de um contrato celebrado

corretamente e relacionado com o contrato principal, as comissões pagas sem que em contrapartida exista a prestação de um serviço efetivo e legítimo, as comissões pagas num paraíso fiscal, as comissões pagas a um beneficiário não claramente identificado ou as comissões pagas a uma sociedade que apresente todas as características de uma sociedade de fachada. A Entidade Adjudicante pode realizar todos os controlos documentais ou no terreno que considere necessários para obter provas, em caso de suspeita da existência de despesas comerciais extraordinárias.

Artigo 9b: Conflito de interesses

- 9.b.1 O Adjudicatário deve tomar todas as medidas necessárias para impedir ou pôr termo a qualquer situação suscetível de comprometer a execução objetiva e imparcial do contrato. Tal conflito de interesses pode resultar, nomeadamente, de interesses económicos, de afinidades políticas ou nacionais, ou de quaisquer laços familiares ou emocionais ou ainda de qualquer outro tipo de relação ou de comunhão de interesses. Caso surja um conflito de interesses durante a execução do contrato, a Entidade Adjudicante deve ser imediatamente notificada deste facto. Na eventualidade de tal conflito, o Adjudicatário deve tomar imediatamente todas as medidas necessárias para lhe pôr termo.
- 9.b.2 A Entidade Adjudicante reserva-se o direito de verificar se tais medidas são adequadas, podendo exigir que sejam tomadas medidas adicionais, se necessário. O Adjudicatário deve assegurar que o seu pessoal, incluindo os seus quadros, não seja colocado numa situação passível de dar origem a um conflito de interesses. Sem prejuízo das suas obrigações contratuais, o Adjudicatário deve substituir de imediato e sem direito a qualquer indemnização por parte da Entidade Adjudicante, qualquer membro do seu pessoal exposto a tal situação.
- 9.b.3 O Adjudicatário deve abster-se de qualquer contacto suscetível de comprometer a sua independência ou a do seu pessoal.
- 9.b.4 O Adjudicatário deve limitar a sua intervenção no que respeita ao projeto à prestação dos fornecimentos descritos no contrato.
- 9.b.5 O Adjudicatário e qualquer outra pessoa que trabalhe sob a sua autoridade ou controlo na execução do contrato ou em qualquer outra atividade não podem ter acesso a outros fundos a partir do orçamento da UE/do FED disponíveis no âmbito do mesmo projeto. Contudo, o Adjudicatário pode participar, após aprovação da Entidade Adjudicante, se puder provar que a sua participação em fases anteriores do projeto não constitui concorrência desleal.

Artigo 10.º - Origem

- 10.1. Todos os bens adquiridos devem ser originários de um país elegível, tal como definido nas instruções aos proponentes e nas Condições Especiais.
- 10.2. O Adjudicatário deve certificar que os bens propostos cumprem este requisito, especificando o país de origem. A este respeito, podem ser-lhe solicitadas informações mais pormenorizadas.

- 10.3. O Adjudicatário deve apresentar um certificado de origem oficial no momento da receção provisória. O incumprimento desta obrigação dá lugar, após uma notificação formal, à rescisão do contrato.

Artigo 11.º - Garantia de execução

- 11.1. Salvo disposição em contrário das Condições Especiais, o Adjudicatário deve fornecer, juntamente com o exemplar do contrato assinado a devolver, à Entidade Adjudicante uma garantia que assegure a completa e cabal execução do contrato. O montante da garantia é estipulado nas Condições Especiais, devendo situar-se entre 5 % e 10 % do preço total do contrato, incluindo quaisquer montantes estipulados em adendas ao contrato.
- 11.2. A garantia de execução deve cobrir o pagamento à Entidade Adjudicante de quaisquer prejuízos resultantes do não-cumprimento por parte do Adjudicatário das suas obrigações contratuais.
- 11.3. A garantia de execução deve ser estabelecida na minuta que figura no contrato e pode assumir a forma de garantia bancária, ordem de pagamento bancária, cheque visado, garantia prestada por uma companhia de seguros e/ou sociedade de caução, carta de crédito irrevogável ou depósito em numerário na conta da Entidade Adjudicante. Se a garantia de execução assumir a forma de garantia bancária, ordem de pagamento bancária, cheque visado ou garantia, deve ser emitida por uma instituição de crédito ou de seguros aprovada pela Entidade Adjudicante.
- 11.4. A garantia de execução será expressa na moeda prevista para o pagamento do contrato. Não serão efetuados quaisquer pagamentos a favor do Adjudicatário antes de a garantia ter sido apresentada. Esta deve manter-se válida até o contrato ter sido integral e devidamente executado.
- 11.5. Durante a execução do contrato, se a pessoa singular ou coletiva que presta a garantia não honrar os seus compromissos, a garantia deixa de ser válida. A Entidade Adjudicante deve notificar formalmente o Adjudicatário para que forneça uma nova garantia nos mesmos termos da anterior. Caso o Adjudicatário não preste uma nova garantia, a Entidade Adjudicante pode rescindir o contrato.
- 11.6. A Entidade Adjudicante exigirá, a título da garantia, o pagamento de todas as quantias pelas quais o garante seja responsável devido ao incumprimento do contrato por parte do Adjudicatário, em conformidade com os termos da garantia e até ao seu valor. O garante pagará tais quantias imediatamente e sem direito de oposição, logo que interpelado nesse sentido pela Entidade Adjudicante. Antes de apresentar qualquer reclamação ao abrigo da garantia de execução, a Entidade Adjudicante deve notificar o Adjudicatário, explicando a natureza do incumprimento em que a reclamação se baseará.
- 11.7. Salvo disposição em contrário das Condições Especiais, a garantia de execução será liberada na sua totalidade no prazo de 45 dias a contar da data de emissão do certificado de receção definitiva assinado, exceto no que diz respeito aos montantes objeto de um procedimento por resolução amigável, de arbitragem ou de litígio.

Artigo 12.º - Seguro

- 12.1. Pode ser exigido que o transporte dos fornecimentos seja coberto por uma apólice de seguro; as condições desta apólice de seguro podem ser definidas nas Condições Especiais, que podem igualmente prever outros tipos de seguros a subscrever pelo Adjudicatário.
- 12.2. Sem prejuízo das suas obrigações em matéria de seguros previstas no número anterior, o Adjudicatário é o único responsável, devendo indemnizar a Entidade Adjudicante e o gestor do projeto por quaisquer reclamações por prejuízos materiais ou danos pessoais resultantes da execução do contrato, por si próprio ou pelos seus subcontratantes e empregados.

Artigo 13.º - Programa de implementação das tarefas

- 13.1. Caso as Condições Especiais o exijam, o Adjudicatário deve submeter à aprovação do gestor do projeto um programa de implementação das tarefas. O programa deve incluir, pelo menos, os seguintes elementos:
 - a) A ordem pela qual o Adjudicatário se propõe executar o contrato, nomeadamente quanto à conceção, fabrico, entrega no local de receção, instalação, ensaios e entrada em funcionamento;
 - b) Os prazos para apresentação e aprovação dos planos;
 - c) Uma descrição geral dos métodos que o Adjudicatário se propõe utilizar para a execução do contrato; bem como
 - d) Outros pormenores e informações que o gestor do projeto possa razoavelmente exigir.
- 13.2. As Condições Especiais devem especificar o prazo de apresentação do programa de implementação das tarefas previstas no contrato para aprovação pelo gestor do projeto, podendo igualmente fixar prazos dentro dos quais o Adjudicatário deve apresentar a totalidade ou parte dos planos pormenorizados, documentos e outros elementos. Devem ainda fixar o prazo de aprovação ou aceitação do programa de implementação, dos planos pormenorizados, dos documentos e dos outros elementos pelo gestor do projeto.
- 13.3. A aprovação do programa pelo gestor do projeto não exime o Adjudicatário de qualquer das suas obrigações contratuais.
- 13.4. Não pode ser introduzida qualquer alteração importante no programa sem a aprovação do gestor do projeto. Contudo, se os progressos na implementação das tarefas não decorrerem de acordo com o programa, o gestor do projeto pode dar instruções ao Adjudicatário no sentido de apresentar um programa revisto em conformidade com o procedimento previsto no artigo 13.º.

Artigo 14.º - Peças desenhadas do Adjudicatário

- 14.1. Caso as Condições Especiais o prevejam, o Adjudicatário deve apresentar para aprovação do gestor do projeto:
 - a) As peças desenhadas, documentos, amostras e/ou modelos, nos prazos e de acordo com as modalidades previstas nas Condições Especiais ou no programa de implementação das tarefas;
 - b) Os planos que o gestor do projeto possa razoavelmente exigir para a implementação das tarefas.
- 14.2. Caso o gestor do projeto não notifique a sua decisão de aprovação, referida no artigo 14.º, n.º 1, dentro do prazo estabelecido no contrato ou no programa de implementação das tarefas aprovado, considera-se que as referidas peças desenhadas, documentos, amostras, e/ou modelos são aprovados no final dos prazos fixados. Caso não seja indicado qualquer prazo, consideram-se aprovados uma vez decorridos 30 dias a contar da sua receção.
- 14.3. As peças desenhadas, documentos, amostras e modelos aprovados serão assinados ou de outro modo identificados pelo gestor do projeto, devendo ser integralmente respeitados, salvo instruções em contrário dadas pelo gestor do projeto. Quaisquer desenhos, documentos, amostras ou modelos do Adjudicatário que sejam recusados pelo gestor do projeto serão alterados por forma a satisfazer as exigências do gestor do projeto, a quem voltarão a ser apresentados pelo Adjudicatário para aprovação. O Adjudicatário deve assegurar que os documentos, peças desenhadas, cálculos etc. que enviou para aprovação pelo gestor do projeto serão corrigidos, ajustados etc. em função das observações deste último aquando do seu primeiro exame, num prazo de 15 dias a contar da notificação dessas observações. Os documentos, peças desenhadas, cálculos, etc. deste modo alterados ou ajustados serão novamente apresentados para aprovação pelo gestor do projeto de acordo com o procedimento já referido.
- 14.4. O Adjudicatário deve fornecer exemplares adicionais das peças desenhadas aprovadas, na forma e quantidade estipuladas no contrato ou em ordens administrativas posteriores.
- 14.5. A aprovação pelo gestor do projeto das peças desenhadas, documentos, amostras ou modelos não exime o Adjudicatário de quaisquer das suas obrigações contratuais.
- 14.6. O gestor do projeto pode, a qualquer momento razoável, inspecionar todas as peças desenhadas, documentos, amostras ou modelos do contrato nas instalações do Adjudicatário.
- 14.7. Antes da receção provisória dos fornecimentos, o Adjudicatário deve fornecer juntamente com as peças desenhadas, manuais de funcionamento e manutenção suficientemente pormenorizados para que a Entidade Adjudicante possa utilizar, manter, ajustar e reparar todas as partes dos fornecimentos. Salvo disposição em contrário prevista nas Condições Especiais, os manuais e as peças desenhadas devem ser elaborados na língua do contrato, do modo e na quantidade nele fixados. Para efeitos da receção provisória, não se considera que o fornecimento esteja

concluído enquanto os referidos manuais e peças desenhadas não forem entregues à Entidade Adjudicante.

Artigo 15.º - Suficiência dos preços da proposta

15.1. Sem prejuízo de quaisquer disposições adicionais eventualmente previstas nas Condições Especiais, considera-se que, antes de apresentar a sua proposta, o Adjudicatário se certificou da respetiva exatidão e suficiência e teve em conta todos os aspetos necessários para assegurar uma completa e correta implementação das tarefas previstas no contrato, tendo incluído nas suas tarifas e preços todos os custos relacionados com os fornecimentos, nomeadamente:

- a) Os custos de transporte;
- b) As despesas de movimentação, embalagem, carregamento, descarregamento, trânsito, entrega, desembalagem, verificação, seguro e outras despesas administrativas relacionadas com os fornecimentos. Salvo disposição em contrário das Condições Especiais, as embalagens pertencem à Entidade Adjudicante;
- c) Os custos da documentação relacionada com os fornecimentos, quando a Entidade Adjudicante exigir tal documentação;
- d) A execução e supervisão da montagem no local e/ou da entrada em funcionamento dos fornecimentos entregues;
- e) O fornecimento das ferramentas necessárias para a montagem e /ou manutenção dos fornecimentos entregues;
- f) O fornecimento dos manuais de funcionamento e manutenção pormenorizados para cada unidade dos fornecimentos entregues, de acordo com o especificado no contrato;
- g) A supervisão ou manutenção e/ou reparação dos fornecimentos, pelo período de tempo previsto no contrato, na condição de este serviço não desvincular o Adjudicatário de qualquer das suas obrigações em matéria de garantia previstas no contrato;
- h) A formação do pessoal da Entidade Adjudicante, na fábrica do Adjudicatário e/ou em qualquer outro sítio, de acordo com o especificado no contrato.

15.2. Uma vez que se considera que o Adjudicatário definiu os seus preços com base nos seus próprios cálculos, operações e estimativas, incumbe-lhe executar, sem encargos adicionais, qualquer trabalho compreendido numa rubrica da sua proposta relativamente ao qual não tenha apresentado um preço unitário nem um preço fixo.

Artigo 16.º - Disposições fiscais e aduaneiras

16.1. Salvo se as Condições Gerais o determinarem, as condições de entrega das mercadorias devem ser DDP (Entrega direitos pagos) – Nomenclatura Incoterms 2010 da Câmara de Comércio Internacional.

Artigo 17.º - Patentes e licenças

- 17.1. Salvo disposição em contrário prevista nas Condições Especiais, o Adjudicatário deve indemnizar e eximir a Entidade Adjudicante de toda a responsabilidade por quaisquer danos ou custos decorrentes de qualquer reclamação introduzida por terceiros, nomeadamente criadores e intermediários, por violações alegadas ou efetivas de direitos de propriedade industrial, intelectual ou outras, de qualquer tipo, com base na utilização pela Entidade Adjudicante, conforme especificado no contrato, de patentes, licenças, peças desenhadas, projetos, modelos, ou marcas de fábrica ou comerciais, exceto quando a referida infração resultar da observância do projeto ou de especificações fornecidas pela Entidade Adjudicante.

IMPLEMENTAÇÃO DAS TAREFAS E ATRASOS

Artigo 18.º - Ordem de início dos trabalhos

- 18.1. Sem prejuízo das disposições das Condições Especiais, a Entidade Adjudicante deve fixar a data de início da implementação das tarefas, que comunica ao Adjudicatário na notificação de adjudicação do contrato ou através de uma ordem administrativa.
- 18.2. Salvo decisão em contrário das Partes, a implementação das tarefas contratuais deve ter início, o mais tardar, no prazo de 90 dias a contar da notificação da adjudicação do contrato. A menos que o atraso resulte de incumprimento do Adjudicatário, após essa data o Adjudicatário tem direito a não executar o contrato e a proceder à sua rescisão e/ou a ser indemnizado pelos prejuízos sofridos. O Adjudicatário perde este direito se não o exercer no prazo de 30 dias a contar do termo do prazo de 90 dias.

Artigo 19.º - Período de implementação das tarefas

- 19.1. O período de implementação tem início na data fixada em conformidade com o artigo 18.º e corresponde ao estipulado nas Condições Especiais, sem prejuízo das prorrogações do período de implementação que sejam eventualmente concedidas ao abrigo do artigo 20.º.
- 19.2. Se para os diversos lotes estiverem fixados períodos de implementação diferentes, nos casos em que for adjudicado mais de um lote ao mesmo Adjudicatário, os períodos de implementação das tarefas para os vários lotes não serão acumulados.

Artigo 20.º - Prorrogação do período de implementação das tarefas

- 20.1. O Adjudicatário pode solicitar uma prorrogação do período de implementação das tarefas caso esteja ou possa vir a estar atrasado na conclusão do contrato por qualquer das seguintes razões:
- a) Condições climatéricas excecionais no país da Entidade Adjudicante que possam afetar a instalação ou a realização dos fornecimentos;

- b) Obstáculos artificiais ou condições físicas que possam afetar a entrega dos fornecimentos e que não poderiam ter sido razoavelmente previstos por um Adjudicatário experiente;
 - c) Ordens administrativas que afetem a data de conclusão dos trabalhos e não resultem de qualquer incumprimento por parte do Adjudicatário;
 - d) Incumprimento por parte da Entidade Adjudicante das suas obrigações contratuais;
 - e) Qualquer suspensão da entrega e/ou instalação dos fornecimentos não resultantes de incumprimento por parte do Adjudicatário;
 - f) Força maior;
 - g) Encomenda pela Entidade Adjudicante de fornecimentos suplementares ou complementares;
 - h) Quaisquer outros motivos referidos nas presentes Condições Gerais, que não resultem de incumprimento por parte do Adjudicatário.
- 20.2. Caso o Adjudicatário considere que tem direito a uma eventual prorrogação do período de implementação por força do contrato, deve:
- a) notificar o gestor do projeto da sua intenção de apresentar tal pedido o mais tardar 15 dias após o Adjudicatário ter tido conhecimento, ou dever ter tido conhecimento do acontecimento ou das circunstâncias que dão origem ao pedido;
 - b) Caso o Adjudicatário não notifique um pedido da prorrogação do período de implementação dentro desse período de 15 dias, o período de implementação não será prorrogado e a Entidade Adjudicante será eximida de qualquer responsabilidade em relação ao pedido; e
 - c) Apresentar ao gestor do projeto elementos completos e pormenorizados do pedido, no prazo de 30 dias a contar da notificação acima referida, salvo decisão em contrário tomada entre o Adjudicatário e o Supervisor, a fim de que tal pedido possa ser analisado nesse momento.
- 20.3. No prazo de 30 dias após a receção dos elementos pormenorizados sobre o pedido do Adjudicatário, o gestor do projeto em acordo com a Entidade Adjudicante deve conceder, através de uma comunicação ao Adjudicatário, a prorrogação justificada do período de implementação das tarefas, com efeitos futuros ou retroativos, ou informá-lo de que não tem direito a qualquer prorrogação.

Artigo 21.º - Atrasos na implementação das tarefas

- 21.1. Se o Adjudicatário não entregar parte ou a totalidade dos fornecimentos ou não prestar os serviços dentro do período de implementação das tarefas fixado no contrato, a Entidade Adjudicante, sem notificação formal e sem prejuízo de outras vias de recurso estipuladas no contrato, tem direito a ser indemnizada por cada dia ou parte de dia que decorra entre o termo do período de implementação das tarefas, ou da prorrogação do período de implementação das tarefas ao abrigo do artigo 20.º, e a data efetiva de conclusão das tarefas. O valor diário da indemnização é

5/1000 do valor dos fornecimentos não entregues até ao máximo de 15 % do preço total do contrato.

- 21.2. Se a não-entrega de parte dos fornecimentos impedir uma utilização normal da totalidade dos fornecimentos, a indemnização prevista no artigo 21.º, n.º 1, será calculada com base no preço total do contrato.
- 21.3. Se a Entidade Adjudicante tiver direito a exigir pelo menos 15 % do preço do contrato, pode, após notificar por escrito o Adjudicatário:
- executar a garantia de execução; e/ou
 - rescindir o contrato;
 - celebrar um contrato com um terceiro para executar o resto do contrato de fornecimento, a expensas do Adjudicatário.

Artigo 22.º - Alterações

- 22.1. As alterações do contrato devem ser formalizadas através de uma adenda ao contrato assinado por ambas as partes ou por uma ordem administrativa emitida pelo gestor do projeto ou pela Entidade Adjudicante. As eventuais alterações substanciais do contrato, incluindo a alteração do seu preço total, devem ser objeto de uma adenda ao contrato. Todas as alterações do contrato devem respeitar os princípios gerais definidos no Guia Prático dos procedimentos contratuais no âmbito das ações externas da UE.
- 22.2. Dentro dos limites do procedimento estipulado no Guia Prático dos procedimentos contratuais no âmbito das ações externas da UE, a Entidade Adjudicante reserva-se o direito de alterar as quantidades especificadas nas Condições Especiais, através de uma ordem administrativa. O aumento ou a diminuição do valor total dos fornecimentos resultante da alteração das quantidades não pode ser superior a 25 % do valor por que o contrato foi adjudicado. Os preços unitários utilizados na proposta são aplicáveis às quantidades encomendadas de acordo com a alteração.
- 22.3. O gestor do projeto e a Entidade Adjudicante dispõem do poder de emitir ordens para alterar qualquer parte dos fornecimentos que seja necessária à correta conclusão e/ou funcionamento desses fornecimentos. Tais alterações, efetuadas através de uma ordem administrativa, podem consistir em adições, supressões, substituições ou alterações a nível da qualidade, da quantidade, da forma, das características e do tipo, bem como das peças desenhadas, projetos ou especificações, no caso de os fornecimentos serem especificamente fabricados para a Entidade Adjudicante, do modo de transporte ou de embalagem, do local de entrega e da sequência estabelecida, bem como do método ou do calendário de implementação das tarefas contratuais. Nenhuma ordem de alteração terá por efeito invalidar o contrato, devendo, no entanto, as suas consequências financeiras, caso as haja, ser avaliadas de acordo com o artigo 22.º, n.º7.
- 22.4. As ordens administrativas devem ser dadas por escrito, ficando implícito que:

- a) Se, por qualquer razão, o gestor do projeto ou a Entidade Adjudicante considerar ser necessário dar uma ordem verbal, deve posteriormente confirmá-la, o mais rapidamente possível, através de uma ordem administrativa;
 - b) Se o Adjudicatário confirmar por escrito uma ordem verbal dada ao abrigo do disposto no artigo 22.º, n.º 4, alínea a), e essa confirmação não for imediatamente refutada por escrito pelo gestor do projeto ou pela Entidade Adjudicante, considera-se que o gestor do projeto ou a Entidade Adjudicante deu uma ordem administrativa;
 - c) Não é necessária uma ordem administrativa de alteração para aumentar ou diminuir quaisquer operações de montagem e instalação, a título acessório, quando tal resultar do facto de as estimativas contidas na repartição orçamental serem excessivamente elevadas ou reduzidas.
- 22.5. Salvo disposição em contrário prevista no artigo 22.º, n.º 4, antes de emitir qualquer ordem administrativa, o gestor do projeto ou a Entidade Adjudicante notifica ao Adjudicatário a natureza e a forma de tal alteração. O Adjudicatário enviará, sem demora, ao gestor do projeto uma proposta por escrito contendo:
- a descrição das tarefas a realizar, se for caso disso, ou das medidas a tomar, bem como um programa de implementação das tarefas contratuais;
 - as eventuais alterações necessárias do programa de implementação ou de qualquer das obrigações do Adjudicatário resultantes do presente contrato; bem como
 - qualquer ajustamento do preço total do contrato, em conformidade com o disposto no artigo 22.º.
- 22.6. Uma vez recebida a proposta do Adjudicatário referida no artigo 22.º, n.º 5, o gestor do projeto deve decidir, o mais rapidamente possível, após consultar a Entidade Adjudicante e, se for caso disso, o Adjudicatário, se a alteração deve ou não ser aceite. Se o gestor do projeto aceitar a alteração, notificará do facto o Adjudicatário através de uma ordem administrativa determinando que o Adjudicatário executará a alteração pelos preços e nas condições estabelecidas na proposta do Adjudicatário referida no n.º 5 do presente artigo, com as alterações eventualmente nela introduzidas pelo gestor do projeto de acordo com o n.º 7 do presente artigo.
- 22.7. Os preços relativos a todas as alterações ordenadas pelo gestor do projeto ou pela Entidade Adjudicante em conformidade com os n.ºs 4 e 6 do presente artigo, serão avaliados de acordo com os seguintes princípios:
- se as tarefas forem do mesmo tipo e executadas nas mesmas condições de um elemento incluído na repartição orçamental, serão calculadas com base nas tarifas e preços aí indicados;
 - se as tarefas não forem do mesmo tipo ou se não forem executadas em condições similares, as tarifas e os preços estipulados no contrato serão utilizados como base de cálculo, na medida do razoável. Caso contrário, o gestor do projeto procederá a um cálculo equitativo;

- se a natureza ou o preço da alteração em relação à natureza ou ao preço de todo o contrato ou de parte do mesmo forem tais que o gestor do projeto considere que devido a essa alteração, as tarifas e os preços de qualquer parte do trabalho estipulados no contrato deixaram de ser razoáveis, fixará as tarifas e preços que, dadas as circunstâncias, considere razoáveis e adequados;
 - sempre que seja necessário introduzir uma alteração devido a um incumprimento ou violação do contrato por parte do Adjudicatário, os custos adicionais eventualmente imputáveis à referida alteração serão por ele suportados.
- 22.8. Ao receber a ordem administrativa, o Adjudicatário procede à execução da alteração solicitada, de acordo com os seguintes princípios:
- a) O Adjudicatário ficará vinculado por estas Condições Gerais, como se alteração solicitada pela ordem administrativa estivesse estipulada no contrato.
 - b) O Adjudicatário não deve atrasar a execução da ordem administrativa na pendência da concessão de qualquer prorrogação do prazo de execução ou ajustamento do preço total do contrato.
 - c) Sempre que a ordem administrativa preceda o ajustamento do preço total do contrato, o Adjudicatário deve manter registos dos custos respeitantes à realização da alteração e do tempo nela despendido. Os referidos registos devem poder ser consultados pelo gestor do projeto em qualquer momento oportuno.
- 22.9. O Adjudicatário notificará a Entidade Adjudicante de quaisquer alterações da conta bancária utilizando o formulário que figura no Anexo V. A Entidade Adjudicante tem o direito de opor-se à alteração de conta bancária efetuada pelo Adjudicatário.

Artigo 23.º - Suspensão

- 23.1. Por ordem da Entidade Adjudicante, o Adjudicatário suspenderá a execução do contrato ou de qualquer parte do mesmo pelo período e do modo que a Entidade Adjudicante considere necessário. A suspensão produz efeitos no dia em que o Adjudicatário receber a ordem ou numa data posterior, consoante a ordem o estipular.
- 23.2. Suspensão no caso de alegados erros ou irregularidades substanciais ou fraude:
- O contrato pode ser suspenso a fim de verificar se os alegados erros ou irregularidades substanciais ou fraude ocorreram durante o procedimento de adjudicação ou a execução do contrato. Caso não se confirmem, a execução do contrato será retomada na sequência desta verificação.
- 23.3. Durante o período de suspensão, o Adjudicatário deve proteger e salvaguardar, na medida do possível e de acordo com as instruções do gestor do projeto, os fornecimentos em causa, depositados no seu armazém ou noutro local, de uma eventual deterioração, perdas ou danos, mesmo no caso de os fornecimentos terem sido entregues no local de receção em conformidade com o contrato mas de a respetiva instalação ter sido suspensa pelo gestor do projeto.

- 23.4. As despesas suplementares decorrentes dessas medidas de proteção serão adicionadas ao preço total do contrato, a não ser que:
- a) O contrato preveja outras disposições relativamente à suspensão; ou
 - b) Essa suspensão seja necessária devido a qualquer incumprimento ou infração por parte do Adjudicatário; ou
 - c) Essa suspensão seja necessária devido a condições climatéricas normais no local de receção; ou
 - d) Essa suspensão seja necessária para a segurança ou a correta execução do contrato ou de qualquer parte do mesmo, na medida em que tal necessidade não resulte de qualquer ato ou incumprimento do gestor do projeto ou da Entidade Adjudicante.
 - e) Os alegados erros, irregularidades substanciais ou fraudes referidos no artigo 23.º, n.º 2, sejam confirmados e imputáveis ao Adjudicatário.
- 23.5. O Adjudicatário só tem direito aos referidos aumentos do preço total do contrato se notificar o gestor do projeto, no prazo de 30 dias a contar da receção da ordem de suspensão de uma parte do contrato, da sua intenção de os reclamar.
- 23.6. A Entidade Adjudicante, após consultar o Adjudicatário, determinará esses suplementos do e/ou a prorrogação do prazo de execução que considere justo e razoável conceder ao Adjudicatário em consequência da sua reclamação.
- 23.7. A Entidade Adjudicante ordenará, logo que possível, ao Adjudicatário que retome o contrato suspenso ou informará o Adjudicatário da rescisão do contrato. Caso o período de suspensão exceda 180 dias e não resulte de infração ou falta do Adjudicatário, este último pode, mediante notificação à Entidade Adjudicante, solicitar autorização para retomar o contrato num prazo de 30 dias ou rescindir o contrato.

MATERIAIS E TRABALHO

Artigo 24.º - Qualidade dos fornecimentos

- 24.1. Os fornecimentos devem respeitar absolutamente as especificações técnicas previstas no contrato e corresponder absolutamente às peças desenhadas, levantamentos, modelos, amostras, padrões e outros requisitos do contrato, que serão mantidos à disposição da Entidade Adjudicante ou do gestor do projeto, para efeitos de identificação, durante todo o período de execução do contrato.
- 24.2. Qualquer receção técnica preliminar estipulada nas Condições Especiais deve ser objeto de um pedido do Adjudicatário ao gestor do projeto. Este pedido deverá conter a referência do contrato, a especificação dos materiais, elementos e amostras submetidos a aprovação nos termos do contrato, e indicar o número do lote e o local onde terá lugar tal receção, conforme for adequado. O gestor do projeto deve certificar que os materiais, elementos e amostras especificados no pedido

satisfazem os requisitos para essa receção antes da sua incorporação nos fornecimentos.

- 24.3. Ainda que os materiais ou elementos a incorporar nos fornecimentos ou no fabrico dos componentes a fornecer tenham sido tecnicamente rececionados deste modo, podem ser rejeitados, devendo ser imediatamente substituídos pelo Adjudicatário, caso um exame posterior revele defeitos ou deficiências. Pode ser dada ao Adjudicatário a oportunidade de reparar e recuperar materiais e elementos que tenham sido rejeitados. No entanto, tais materiais e elementos só serão aceites para incorporação nos fornecimentos se tiverem sido reparados e recuperados a contento do gestor do projeto.

Artigo 25.º - Inspeção e ensaio

- 25.1. O Adjudicatário deve garantir a entrega atempada dos fornecimentos no local de receção, por forma a permitir que o gestor do projeto proceda à sua receção. Considera-se que o Adjudicatário avaliou cabalmente as dificuldades que poderia vir a encontrar a este respeito, não lhe sendo permitido invocar quaisquer motivos para justificar eventuais demoras no cumprimento das suas obrigações.
- 25.2. O gestor do projeto tem o direito de inspecionar, examinar, medir e ensaiar regularmente os componentes, os materiais e a qualidade do trabalho, bem como de controlar o avanço da preparação ou fabrico de todos os elementos a entregar ao abrigo do contrato, por forma a verificar se tais componentes, materiais e trabalho correspondem à qualidade e quantidade requeridas. Este direito será exercido no local de fabrico ou de preparação, no local de receção ou em quaisquer outros locais especificados nas Condições Especiais.
- 25.3. Para efeitos dos referidos ensaios e inspeções, o Adjudicatário deve:
- a) Colocar à disposição do gestor do projeto, temporária e gratuitamente, a assistência, as amostras para ensaio, as peças, as máquinas, o equipamento, as ferramentas, a mão-de-obra, os materiais, os planos e os dados de fabrico habitualmente requeridos para a realização de inspeções e ensaios;
 - b) Chegar a acordo com o gestor do projeto quanto à data e ao local dos ensaios;
 - c) Permitir, a qualquer momento razoável, o acesso do gestor do projeto ao local de realização dos ensaios.
- 25.4. Caso o gestor do projeto não esteja presente na data combinada para os ensaios, o Adjudicatário pode, salvo ordem em contrário do gestor do projeto, proceder aos ensaios, considerando-se que os mesmos foram realizados na presença do gestor do projeto. O Adjudicatário enviará imediatamente cópias devidamente autenticadas dos resultados dos ensaios ao gestor do projeto que, caso não tenha assistido aos ensaios, ficará vinculado pelos respetivos resultados.
- 25.5. Depois de os componentes e os materiais terem sido submetidos aos ensaios acima referidos, o gestor do projeto notificará o Adjudicatário ou visará o certificado preparado por este para o efeito.

- 25.6. Em caso de desacordo entre o gestor do projeto e o Adjudicatário quanto à interpretação dos resultados dos ensaios, cada um deles comunicará ao outro o seu ponto de vista, no prazo de 15 dias a contar do aparecimento do diferendo. O gestor do projeto ou o Adjudicatário podem exigir a repetição dos ensaios nas mesmas condições ou, mediante pedido de qualquer das Partes, a sua realização por um perito a escolher de comum acordo. Todos os relatórios de ensaios serão apresentados ao gestor do projeto, que comunicará imediatamente os respetivos resultados ao Adjudicatário. Os resultados da repetição dos ensaios são conclusivos. O custo da repetição dos ensaios será suportado pela Parte cuja opinião se revelou errada.
- 25.7. No exercício das suas funções, o gestor do projeto e todas as pessoas por ele autorizadas só revelarão as informações por eles obtidas, no âmbito das suas inspeções e ensaios dos métodos de fabrico e funcionamento da empresa às pessoas que tenham o direito de conhecer essas informações.

PAGAMENTOS

Artigo 26.º - Princípios gerais

- 26.1. Os pagamentos serão efetuados em euros ou em moeda nacional, em conformidade com as Condições Especiais. As Condições Especiais devem estabelecer condições administrativas ou técnicas que regem o pagamento de pré-financiamentos e os pagamentos finais efetuados em conformidade com as Condições Gerais.
- 26.2. Os pagamentos devidos pela Entidade Adjudicante serão efetuados para a conta bancária indicada na ficha de identificação financeira preenchida pelo Adjudicatário. As mudanças de conta bancária devem ser assinaladas através da referida ficha, que será junta à fatura.
- 26.3. O pagamento de pré-financiamento será efetuado no prazo de 30 dias a contar da data de registo pela Entidade Adjudicante de uma fatura admissível. A fatura não será admissível se não forem respeitados um ou mais requisitos essenciais. O pagamento final será efetuado no prazo de 60 dias a contar da data de registo de uma fatura pela Entidade Adjudicante, juntamente com o pedido de receção provisória, tal como previsto no artigo 31.º, n.º 2. Por data de pagamento entende-se a data em que o montante é debitado na conta.
- 26.4. O prazo referido no artigo 26.º, n.º 3, pode ser suspenso, através de notificação ao Adjudicatário de que a fatura não pode ser apresentada quer pelo facto de o montante não ser devido, quer pelo facto de os documentos comprovativos adequados não terem sido fornecidos quer ainda pelo facto de as informações disponíveis suscitarem dúvidas quanto à elegibilidade das despesas. Neste último caso, pode proceder-se a um controlo no local para verificação adicional. O Adjudicatário faculta os esclarecimentos, alterações ou complementos de informação necessários no prazo de 30 dias a partir da data do pedido. O período de pagamento continua a correr a partir da data de registo da fatura apresentada corretamente.

26.5. Os pagamentos são efetuados da seguinte forma:

- a) 40 % do preço total do contrato após a assinatura do contrato, contra a constituição de uma garantia de execução e de uma garantia de pré-financiamento correspondente ao montante total do pagamento de pré-financiamento, salvo disposição em contrário das Condições Especiais. A garantia de execução deve ser fornecida à Entidade Adjudicante segundo o procedimento previsto para a garantia de execução em conformidade com o artigo 11.º, e de acordo com a minuta em anexo ao contrato. A garantia de pré-financiamento deve continuar válida até à sua liberação, o mais tardar no prazo de 45 dias a contar da data da receção provisória das mercadorias. Caso o Adjudicatário seja um organismo público, a obrigação de garantia de pré-financiamento pode ser dispensada em função de uma avaliação dos riscos;
 - b) 60 % do preço total do contrato, como pagamento do saldo, depois da receção pela Entidade Adjudicante de uma fatura e do pedido de certificado de receção provisória.
- 26.6. No caso de apenas parte dos fornecimentos ter sido entregue, o pagamento dos 60 % devidos na sequência da receção provisória parcial será calculado com base no valor dos fornecimentos que forem efetivamente rececionados, sendo a garantia liberada nessa conformidade.
- 26.7. Para os fornecimentos não cobertos por um período de garantia, os pagamentos acima referidos devem ser objeto de cumulação. As disposições que regem o pagamento de pré-financiamentos, pagamentos intermédios e/ou finais são definidas nas Condições Especiais.
- 26.8. As obrigações de pagamento da Comissão Europeia por força do presente contrato caducam 18 meses após o termo do período de implementação das tarefas, a não ser que o contrato tenha sido rescindido em conformidade com as presentes Condições Gerais.
- 26.9. Salvo disposição em contrário prevista nas Condições Especiais, os preços do contrato serão fixos, não podendo ser revistos.
- 26.10. O Adjudicatário compromete-se a reembolsar à Entidade Adjudicante antes do termo do prazo de 45 dias a contar da data de emissão indicado na nota de débito quaisquer montantes eventualmente pagos que excedam o montante final. Caso o Adjudicatário não proceda ao reembolso no prazo estabelecido supra, a Entidade Adjudicante pode (a menos que o Adjudicatário seja um serviço governamental ou um organismo público de um Estado-Membro da União Europeia) aumentar os montantes devidos através do acréscimo de juros:
- à taxa de redesconto aplicada pelo banco central do país da Entidade Adjudicante se os pagamentos forem efetuados na moeda nacional desse país;
 - à taxa aplicada pelo Banco Central Europeu nas suas principais operações de refinanciamento em euros, publicada no Jornal Oficial da União Europeia, Série C, se os pagamentos forem efetuados em euros,

em vigor no primeiro dia do mês em que o prazo termina, acrescida de oito pontos percentuais. Os juros incidem no período decorrido entre o termo do prazo de pagamento fixado pela e a data em que o pagamento for efetivamente efetuado. Qualquer pagamento parcial será em primeiro lugar imputado aos juros de mora assim determinados.

Os montantes a reembolsar à Entidade Adjudicante podem ser compensados por montantes de qualquer tipo devidos ao Adjudicatário. Esta disposição não prejudica a possibilidade de as Partes chegarem a acordo sobre o escalonamento dos pagamentos. Os encargos bancários que resultem do reembolso dos montantes devidos à Entidade Adjudicante serão exclusivamente assumidos pelo Adjudicatário.

- 26.11. Sem prejuízo da prerrogativa da Entidade Adjudicante, se necessário, a União Europeia pode, enquanto doador, proceder ela própria à cobrança por qualquer meio. Se o contrato terminar por qualquer motivo, as garantias constituídas para os pré-financiamentos podem ser imediatamente acionadas a fim de reembolsar o saldo do pré-financiamento ainda devido pelo Adjudicatário, não devendo o garante atrasar o pagamento nem levantar objeções por qualquer motivo.
- 26.12. Por antecipação, ou em alternativa à rescisão prevista no artigo 36.º, a Entidade Adjudicante pode suspender os pagamentos a título cautelar e sem pré-aviso.
- 26.13. Sempre que o procedimento de adjudicação ou a execução do contrato tenha sido objeto de erros substanciais ou irregularidades ou fraude, imputáveis ao Adjudicatário, a Entidade Adjudicante pode, para além da possibilidade de suspender a execução do contrato em conformidade com o artigo 23.º, n.º 2, e rescindir o contrato tal como previsto no artigo 36.º, recusar proceder a pagamentos e/ou recuperar montantes já pagos, proporcionalmente à gravidade dos erros, irregularidades ou fraude.

Artigo 27.º - Pagamentos a terceiros

- 27.1. As ordens de pagamento em favor de terceiros só podem ser executadas após uma cessão de posição contratual efetuada em conformidade com o artigo 5.º. A cessão deve ser notificada à Entidade Adjudicante.
- 27.2. A notificação dos beneficiários da cessão da posição contratual incumbe exclusivamente ao Adjudicatário.
- 27.3. Em caso de penhora regular dos bens do Adjudicatário, que afete o pagamento dos montantes que lhe sejam devidos a título do contrato, sem prejuízo do prazo previsto no artigo 26.º, a Entidade Adjudicante dispõe de um prazo de 30 dias a contar da data em que tenha sido notificada do levantamento definitivo do obstáculo ao pagamento para retomar os pagamentos efetuados ao Adjudicatário.

Artigo 28.º - Pagamentos em atraso

- 28.1. A Entidade Adjudicante deve pagar ao Adjudicatário os montantes devidos em conformidade com o artigo 26.º, n.º 3.

28.2. No termo do prazo fixado no artigo 26.º, n.º 3, o Adjudicatário terá o direito a beneficiar de juros de mora:

- à taxa de redesconto aplicada pelo banco emissor do país da Entidade Adjudicante, se os pagamentos forem efetuados em moeda nacional;
- à taxa aplicada pelo Banco Central Europeu nas suas principais operações de refinanciamento em euros, publicada no Jornal Oficial da União Europeia, Série C, se os pagamentos forem efetuados em euros,

no primeiro dia do mês em que o prazo terminou, acrescida de oito pontos percentuais. Os juros de mora cobrem o período compreendido entre o termo do prazo de pagamento, exclusive, e a data de débito da conta da Entidade Adjudicante, inclusive.

Contudo, quando o montante dos juros calculado em conformidade com o primeiro parágrafo for igual ou inferior a 200 EUR, só será pago ao credor mediante um pedido apresentado no prazo de dois meses a contar da receção do pagamento atrasado.

28.3. Um eventual atraso de pagamento superior a 90 dias a contar do termo do prazo fixado no artigo 26.º, n.º 3, confere ao Adjudicatário o direito de não executar o contrato ou de o rescindir, mediante notificação prévia com 30 dias de antecedência à Entidade Adjudicante e ao gestor do projeto.

RECEÇÃO E MANUTENÇÃO

Artigo 29.º - Entrega

29.1. O Adjudicatário procede à entrega dos fornecimentos nas condições previstas no contrato, ficando por sua conta os riscos a que estão expostos os fornecimentos até à respetiva receção provisória.

29.2. O Adjudicatário fornece as embalagens necessárias para evitar eventuais danos dos fornecimentos ou a sua deterioração durante o trânsito até à chegada ao destino de acordo com o indicado no contrato. As embalagens devem ser suficientemente resistentes para suportar, sem qualquer limite, movimentações bruscas, a exposição a temperaturas extremas, os efeitos de um clima salino e a precipitação durante o trânsito e a armazenagem a céu aberto. As dimensões e o peso das embalagens devem ter em conta, quando adequado, a distância até ao destino final dos fornecimentos, bem como a eventual ausência de meios de movimentação de cargas pesadas em todos os pontos de trânsito.

29.3. A embalagem, a marcação e a documentação tanto no interior como no exterior das embalagens deve respeitar os requisitos específicos previstos nas Condições Especiais, sem prejuízo de eventuais alterações ordenadas posteriormente pelo gestor do projeto ou pela Entidade Adjudicante.

29.4. Nenhum fornecimento deve ser expedido ou entregue no local de receção antes de o Adjudicatário receber da parte do gestor do projeto uma confirmação por escrito de

que os fornecimentos podem ser entregues. O Adjudicatário é responsável pela entrega no local de receção da totalidade dos fornecimentos, bem como pelo equipamento do fornecedor necessário à execução do contrato. Caso o gestor do projeto não emita o auto de receção provisória nem rejeite o pedido do Adjudicatário no prazo de 30 dias, considera-se que emitiu o auto no último dia daquele prazo.

- 29.5. Cada entrega deve ser acompanhada por um documento elaborado pelo Adjudicatário, em conformidade com o estipulado nas Condições Especiais.
- 29.6. Cada embalagem deve ser marcada claramente em conformidade com o estipulado nas Condições Especiais.
- 29.7. Considera-se que a entrega foi efetuada quando exista uma prova escrita, à disposição de ambas as Partes, de que a entrega dos fornecimentos foi efetuada em conformidade com as condições do contrato e a (s) fatura (s) e outra documentação conexa, especificada nas Condições Especiais, tenham sido entregues à Entidade Adjudicante. No caso de os fornecimentos serem entregues num estabelecimento da Entidade Adjudicante, esta última assume a responsabilidade de depositário, em conformidade com as exigências do direito aplicável ao contrato, durante o período compreendido entre a entrega para armazenagem e a receção.

Artigo 30.º - Operações de verificação

- 30.1. Os fornecimentos só serão rececionados após a realização, a expensas do Adjudicatário, das verificações e ensaios prescritos. As inspeções e os ensaios podem ser efetuados antes da expedição, no local de entrega e/ou no destino final dos fornecimentos.
- 30.2. Durante a entrega dos fornecimentos e antes da sua receção, o gestor do projeto tem poderes para ordenar ou decidir:
 - a) A remoção do local de receção, nos prazos especificados na ordem em questão, de quaisquer fornecimentos que, em sua opinião, não estejam em conformidade com o contrato;
 - b) A sua substituição por fornecimentos adequados e em devidas condições;
 - c) A remoção e a correta reinstalação, independentemente de quaisquer ensaios prévios ou pagamentos intercalares, de qualquer instalação com materiais, mão-de-obra ou conceção da responsabilidade do Adjudicatário que, segundo o gestor do projeto, não estejam de acordo com o contrato;
 - d) Que um trabalho efetuado, um bem fornecido ou um material utilizado pelo Adjudicatário não está em conformidade com o contrato ou que os fornecimentos, no todo ou em parte, não satisfazem as exigências do contrato.
- 30.3. O Adjudicatário deve corrigir sem demora e a expensas próprias os defeitos assim especificados. Caso o Adjudicatário não execute a referida ordem, a Entidade Adjudicante tem o direito de contratar outras pessoas para a executarem e de

deduzir todas as despesas com ela direta ou indiretamente relacionadas de quaisquer montantes que sejam ou que possam vir a ser devidos ao Adjudicatário.

- 30.4. Os fornecimentos que não tenham a qualidade especificada serão rejeitados, podendo ser-lhes aposta uma marca identificativa especial. Esta marca não deve alterar ou afetar o valor comercial destes bens. Se o gestor do projeto assim o desejar, os fornecimentos rejeitados serão removidos do local de receção pelo Adjudicatário, num prazo a especificar pelo primeiro. Caso o não sejam, serão removidos pelo gestor do projeto por conta e risco do Adjudicatário. Qualquer obra que inclua materiais não aprovados será rejeitada.
- 30.5. O disposto no presente artigo não prejudica a possibilidade de a Entidade Adjudicante exercer os seus direitos decorrentes do artigo 21.º nem dispensa o Adjudicatário da sua obrigação de garantia nem de qualquer outra das suas obrigações contratuais.

Artigo 31.º - Receção provisória

- 31.1. Os fornecimentos entram na posse da Entidade Adjudicante após terem sido entregues nos termos do contrato, terem sido aprovados nos ensaios exigidos ou terem entrado em funcionamento, consoante o caso, e ter sido emitido, ou considerado emitido, um auto de receção provisória.
- 31.2. O Adjudicatário pode, mediante notificação ao gestor do projeto, solicitar um auto de receção provisória quando os fornecimentos se encontrarem prontos para serem objeto de receção provisória. Num prazo de 30 dias a contar da receção do pedido do Adjudicatário, o gestor do projeto deve:
- emitir o auto de receção provisória destinado ao Adjudicatário, com cópia para a Entidade Adjudicante, indicando as suas eventuais reservas e, nomeadamente, a data em que, em sua opinião, os fornecimentos foram completados em conformidade com o contrato e se encontravam prontos para a receção provisória; ou
 - Rejeitar o pedido, fundamentando a sua decisão e especificando as medidas que, em sua opinião, o Adjudicatário deve tomar para que o auto seja emitido.

O prazo para que a Entidade Adjudicante emite o auto de receção provisória será considerado incluído no prazo de pagamento indicado no artigo 26.3 salvo disposição em contrário nas condições especiais.

- 31.3. Caso circunstâncias excecionais tornem impossível proceder à receção dos fornecimentos durante o período fixado para a receção provisória ou definitiva, o gestor do projeto, após consultar, sempre que possível, o Adjudicatário, deve elaborar uma declaração atestando essa impossibilidade. O auto de receção ou de rejeição será lavrado no prazo de 30 dias a contar da data em que tal impossibilidade deixe de existir. O Adjudicatário não pode invocar estas circunstâncias para se subtrair à obrigação de apresentar os fornecimentos num estado adequado para a sua receção.

- 31.4. Caso o gestor do projeto não emita o auto de receção provisória nem rejeite os fornecimentos no prazo de 30 dias, considera-se que emitiu o auto no último dia daquele prazo, exceto no caso em que se considere que o auto de receção provisória constitui um auto de receção definitiva. Neste caso, não se aplica o disposto no artigo 34.º, n.º 2. Caso no contrato os fornecimentos estejam divididos em lotes, o Adjudicatário pode solicitar certificados distintos para cada lote.
- 31.5. Em caso de entrega parcial, a Entidade Adjudicante reserva-se o direito de proceder a uma receção parcial provisória.
- 31.6. Após receção provisória dos fornecimentos, o Adjudicatário deve dismantelar e remover as estruturas provisórias bem como os materiais cuja utilização já não seja necessária para a implementação do contrato. O fornecedor deve igualmente remover quaisquer entulhos ou obstáculos e repor o local de receção no seu estado inicial, tal como previsto no contrato.
- 31.7. Imediatamente após a receção provisória, a Entidade Adjudicante pode utilizar a totalidade dos fornecimentos entregues.

Artigo 32.º - Obrigações decorrentes da garantia

- 32.1. O Adjudicatário garante que os fornecimentos são novos, por estrear e do modelo mais recente e que incorporam todas as melhorias recentes em matéria de conceção e de materiais, salvo disposição em contrário prevista no contrato. O Adjudicatário garante ainda que todos os fornecimentos estão isentos de defeitos resultantes da sua conceção, dos materiais utilizados ou da execução, exceto na medida em que a conceção ou os materiais em causa sejam impostos pelas especificações, ou que resultem de qualquer ato ou omissão que eventualmente decorra da utilização dos fornecimentos nas condições prevalentes no país da Entidade Adjudicante.
- 32.2. O Adjudicatário é responsável pela reparação de qualquer defeito ou dano em qualquer parte dos fornecimentos que possa surgir ou ocorrer durante o período de garantia e que:
- a) Resulte da utilização de materiais defeituosos, de deficiências de execução ou conceção imputáveis ao Adjudicatário; e/ou
 - b) Resulte de qualquer ato ou omissão do Adjudicatário durante o período de garantia; e/ou
 - c) Seja detetado numa inspeção efetuada pela Entidade Adjudicante ou em seu nome.
- 32.3. O Adjudicatário deve reparar, a expensas próprias e o mais rapidamente possível, qualquer defeito ou dano. O período de garantia dos elementos substituídos ou reparados recomeça a contar a partir da data em que a substituição ou reparação fique concluída a contento do gestor do projeto. Se o contrato prever a receção parcial, o período de garantia será alargado apenas para a parte dos fornecimentos afetada pela substituição ou reparação.

- 32.4. Caso, durante o período de garantia, surja qualquer defeito ou ocorra qualquer dano, a Entidade Adjudicante ou o gestor do projeto deve notificar tal facto ao Adjudicatário. Se o Adjudicatário não reparar o defeito ou o dano no prazo fixado na notificação, a Entidade Adjudicante pode:
- a) Reparar ela própria o defeito ou o dano ou recorrer a um terceiro para a execução das tarefas, por conta e risco do Adjudicatário, devendo nesse caso os custos incorridos pela Entidade Adjudicante ser deduzidos dos montantes devidos ao Adjudicatário ou das garantias por ele prestadas ou de ambos; ou
 - b) Rescindir o contrato.
- 32.5. Em caso de emergência, em que o Adjudicatário não possa ser contactado imediatamente ou, tendo sido contactado, não possa tomar as medidas necessárias, a Entidade Adjudicante ou o gestor do projeto podem mandar efetuar as tarefas a expensas do Adjudicatário. A Entidade Adjudicante ou o gestor do projeto informarão logo que possível o Adjudicatário das medidas tomadas.
- 32.6. As obrigações em matéria de garantia são estipuladas nas Condições Especiais e nas especificações técnicas.
- 32.7. Salvo disposição em contrário nas Condições Especiais, a duração do período de garantia é de 365 dias. O período de garantia começa a contar a partir da data da receção provisória, podendo recomençar em conformidade com o disposto no artigo 32.º, n.º 3.

Artigo 33.º - Assistência pós-venda

- 33.1. Se o contrato assim o previr, será prestada assistência pós-venda, em conformidade com o estipulado nas Condições Especiais. O Adjudicatário compromete-se a efetuar ou a mandar efetuar a manutenção ou as reparações dos fornecimentos e a assegurar o fornecimento rápido de peças sobresselentes. As Condições Especiais podem prever que o Adjudicatário tenha de fornecer, na totalidade ou em parte, os seguintes materiais, notificações e documentos relacionados com as peças sobresselentes por si fabricadas ou distribuídas:
- a) As peças que a Entidade Adjudicante decida adquirir ao Adjudicatário, na condição de esta decisão não desvincular o Adjudicatário de qualquer das suas obrigações em matéria de garantia previstas no contrato;
 - b) Em caso de interrupção da produção das peças sobresselentes, notificação prévia da Entidade Adjudicante para que esta possa fazer frente às necessidades e, na sequência dessa interrupção, fornecimento, a título gratuito e a pedido, dos projetos, peças desenhadas e especificações das peças sobresselentes.

Artigo 34.º - Receção definitiva

- 34.1. Uma vez terminado o período de garantia ou o último desses períodos nos casos em que existe mais do que um período de garantia, e após retificação de todos os defeitos ou danos, o gestor do projeto emite um auto de receção definitiva para o Adjudicatário, com cópia para a Entidade Adjudicante, indicando a data em que o

Adjudicatário cumpriu todas as suas obrigações contratuais a contento do gestor do projeto. O auto de receção definitiva será entregue pelo gestor do projeto no prazo de 30 dias a contar do termo do período de garantia ou logo que estejam concluídas, a seu contento, quaisquer retificações mandadas executar em conformidade com o disposto no artigo 32º.

- 34.2. O contrato só será considerado plenamente executado depois de o auto de receção definitiva ter sido assinado, ou de se considerar que foi assinado, pelo gestor do projeto.
- 34.3. Não obstante a emissão do auto de receção definitiva, o Adjudicatário e a Entidade Adjudicante continuam a ser responsáveis pelo cumprimento de qualquer obrigação, resultante do contrato, anterior à emissão do referido auto e que ainda não tenha sido executada na data dessa emissão. A natureza e o alcance dessas obrigações serão determinados através de remissão para o disposto no contrato.

INCUMPRIMENTO E RESCISÃO DO CONTRATO

Artigo 35.º - Incumprimento do contrato

- 35.1. Existe incumprimento do contrato quando uma das Partes não satisfaça qualquer das suas obrigações em conformidade com as disposições contratuais.
- 35.2. Em caso de incumprimento do contrato, a Parte lesada pelo incumprimento tem direito a:
 - a) Indemnizações; e/ou
 - b) Rescindir o contrato.
- 35.3. A indemnização pode ser:
 - a) Geral; ou
 - b) Contratual (cláusula penal).
- 35.4. Caso o Adjudicatário não cumpra as suas obrigações em conformidade com as disposições contratuais, a Entidade Adjudicante, sem prejuízo do seu direito nos termos do artigo 35.º, n.º 2.º, pode igualmente tomar as seguintes medidas:
 - a) Suspensão de pagamentos; e/ou
 - b) Redução ou recuperação dos pagamentos que tiver feito na proporção do incumprimento.
- 35.5. Caso a Entidade Adjudicante tenha direito a uma indemnização, pode deduzi-la de quaisquer montantes devidos ao Adjudicatário ou executar a respetiva garantia.

- 35.6. A Entidade Adjudicante tem direito a uma indemnização nos termos da lei que rege o contrato por quaisquer danos de que tenha conhecimento após a conclusão do contrato.

Artigo 36.º - Rescisão pela Entidade Adjudicante

- 36.1. A Entidade Adjudicante pode, a qualquer momento e com efeito imediato, sem prejuízo do disposto no artigo 36.º, n.º 9, rescindir o contrato, exceto nos casos previstos no artigo 36.º, n.º 2.
- 36.2. Sem prejuízo de qualquer outra disposição das presentes Condições Gerais, a Entidade Adjudicante pode, depois de notificar o Adjudicatário com sete dias de antecedência, rescindir o contrato em qualquer dos seguintes casos:
- a) O Adjudicatário está em situação de violação do contrato por incumprimento das suas obrigações contratuais;
 - b) O Adjudicatário não cumpriu, num prazo razoável, a notificação do gestor do projeto em que este lhe exige que repare qualquer negligência ou incumprimento das suas obrigações contratuais, que comprometa seriamente a execução correta e atempada das tarefas;
 - c) O Adjudicatário recusa ou abstém-se de cumprir as ordens administrativas emitidas pelo gestor do projeto;
 - d) O Adjudicatário cede o contrato ou subcontrata sem consentimento da Entidade Adjudicante;
 - e) O Adjudicatário encontra-se em situação de falência ou é objeto de liquidação, de cessação de atividade, ou está sujeito a qualquer outro meio preventivo de liquidação de património ou em qualquer outra situação análoga resultante de um processo da mesma natureza nos termos da legislação e regulamentação nacionais;
 - f) Mudança a nível da empresa que implique a alteração da sua personalidade jurídica, da natureza ou do controlo do Adjudicatário, a menos que tal modificação seja objeto de uma adenda ao contrato;
 - g) A existência de qualquer outra incapacidade jurídica que impeça a execução do contrato;
 - h) O Adjudicatário não presta as garantias exigidas ou não subscreve os seguros necessários ou a pessoa que prestou a garantia anterior ou subscreveu o seguro não pode honrar os seus compromissos.
 - i) O Adjudicatário cometeu uma falta profissional grave, comprovada por qualquer meio que a Entidade Adjudicante possa apresentar;
 - j) O Adjudicatário foi condenado por sentença transitada em julgado por fraude, corrupção, participação numa organização criminosa, branqueamento de capitais, ou qualquer outra atividade ilícita que prejudique os interesses financeiros da União Europeia;

- k) O Adjudicatário, na execução de outros contratos financiados pelo orçamento da UE/fundos do FED, foi declarado em situação de violação grave do contrato;
 - l) Após a adjudicação do contrato, fica provado que o procedimento de adjudicação ou a execução do contrato foi objeto de erros ou irregularidades substanciais ou fraude,
 - m) O procedimento de adjudicação ou a execução de outro contrato financiado pelo orçamento da UE/fundos do FED foi objeto de erros ou irregularidades substanciais ou fraude, passíveis de prejudicar a execução do presente contrato;
 - n) O Adjudicatário não mantém os registos do contrato durante um período de 7 anos após o pagamento final efetuado nos termos do contrato;
 - o) O Adjudicatário não cumpre as suas obrigações em conformidade com o artigo 9.º A e com o artigo 9.º B;
 - p) O Adjudicatário não cumpre as suas obrigações em conformidade com o artigo 10.º.
- 36.3. A rescisão do contrato não prejudica quaisquer outros direitos ou faculdades da Entidade Adjudicante e do Adjudicatário nos termos do contrato. A Entidade Adjudicante pode, subsequentemente, celebrar outro contrato com um terceiro, a expensas do Adjudicatário. A responsabilidade do Adjudicatário pelo atraso na conclusão dos serviços cessa logo que a Entidade Adjudicante rescinda o contrato, sem prejuízo de qualquer responsabilidade eventualmente decorrente deste atraso.
- 36.4. Após a rescisão do contrato ou receção da notificação da mesma, o Adjudicatário deve tomar imediatamente as medidas necessárias para pôr termo rápida e ordenadamente, à implementação das tarefas e para reduzir as despesas ao mínimo.
- 36.5. Logo que possível após a rescisão do contrato, o gestor do projeto deve confirmar o valor dos fornecimentos prestados e todos os montantes devidos ao Adjudicatário à data da rescisão.
- 36.6. Em caso de rescisão do contrato, o gestor do projeto, o mais rapidamente possível e em presença do Adjudicatário ou dos seus representantes, ou depois destes terem sido devidamente convocados, elabora um relatório sobre os fornecimentos entregues e as operações de montagem e instalação efetuadas a título acessório e faz um inventário dos materiais fornecidos e por utilizar. É também elaborada uma relação dos montantes devidos ao Adjudicatário e dos montantes devidos por este à Entidade Adjudicante na data da rescisão do contrato.
- 36.7. A Entidade Adjudicante não será obrigada a efetuar quaisquer novos pagamentos ao Adjudicatário até à conclusão dos fornecimentos. Após a conclusão dos fornecimentos, a Entidade Adjudicante deve obter junto do Adjudicatário o reembolso de eventuais despesas suplementares ou pagar qualquer saldo ainda devido ao Adjudicatário.
- 36.8. Se rescindir o contrato nos termos do disposto no artigo 36.º, n.º 2, a Entidade Adjudicante tem o direito de, além das despesas suplementares para a conclusão do

contrato e sem prejuízo de outras vias de recurso estipuladas no contrato, de obter do Adjudicatário o reembolso por eventuais perdas sofridas até ao valor dos fornecimentos, salvo disposição em contrário das Condições Especiais.

- 36.9. Se a rescisão não for causada por um ato ou omissão do Adjudicatário, por força maior ou outras circunstâncias alheias à vontade da Entidade Adjudicante, para além das somas devidas pelas tarefas já executadas, o Adjudicatário tem o direito a ser indemnizado pelos prejuízos sofridos.
- 36.10. O presente contrato terminará automaticamente se não tiver originado nenhum pagamento nos três anos subsequentes à sua assinatura por ambas as partes.

Artigo 37.º - Rescisão pelo Adjudicatário

- 37.1. O Adjudicatário pode rescindir o contrato, mediante pré-aviso de 14 dias dirigido à Entidade Adjudicante, caso esta última:
- Não lhe pague os montantes devidos em conformidade com qualquer nota de pagamento do gestor do projeto depois de expirado o prazo fixado no artigo 28.º, n.º 3; ou
 - não cumpra reiteradamente as suas obrigações após repetidas insistências; ou
 - suspenda a entrega dos fornecimentos ou de qualquer parte dos mesmos, por um período superior a 180 dias, por motivos não especificados no contrato ou não imputáveis ao incumprimento ou falta do Adjudicatário.
- 37.2. Esta rescisão não prejudica quaisquer outros direitos adquiridos pela Entidade Adjudicante ou pelo Adjudicatário nos termos do contrato.
- 37.3. Em caso de rescisão nestas condições, a Entidade Adjudicante deve indemnizar o Adjudicatário por quaisquer perdas ou danos que este possa ter sofrido.

Artigo 38.º - Força maior

- 38.1. Considera-se que as partes não incorrem em incumprimento ou violação das suas obrigações contratuais se a respetiva execução tiver sido impedida por circunstâncias de força maior ocorridas após a data de notificação da adjudicação do contrato ou a data em que o contrato comece a produzir efeitos.
- 38.2. Na aceção das presentes Condições Gerais entende-se por «casos de força maior», a ação das forças naturais, greves, *lock-outs* ou outros conflitos laborais, atos do inimigo público, guerras declaradas ou não, bloqueios, insurreições, motins, epidemias, desabamentos de terras, terremotos, tempestades, raios, inundações, desmoronamentos provocados por enxurradas, tumultos, explosões e quaisquer outras ocorrências imprevisíveis semelhantes que as partes não possam evitar nem superar efetuando as devidas diligências. Uma decisão da União Europeia de suspender a cooperação com o país beneficiário é considerado um caso de força maior, se implicar a suspensão do financiamento deste contrato.

- 38.3. Não obstante o disposto nos artigos 21.º e 36.º, o Adjudicatário não fica sujeito à perda da garantia de execução, ao pagamento da indemnização por perdas e danos ou à rescisão por incumprimento do contrato se, e na medida em que, o atraso na execução ou qualquer outro incumprimento das suas obrigações contratuais resultarem de um motivo de força maior. Do mesmo modo, não obstante o disposto nos artigos 28.º e 37.º, a Entidade Adjudicante não está sujeita ao pagamento de juros de mora por não execução ou rescisão do contrato por parte do Adjudicatário por não cumprimento se, e na medida em que, o atraso no pagamento da Entidade Adjudicante ou qualquer outro incumprimento das suas obrigações contratuais resultar de um acontecimento de força maior.
- 38.4. Se qualquer das Partes considerar que ocorreram circunstâncias de força maior suscetíveis de afetar o cumprimento das suas obrigações, deve notificar imediatamente a outra Parte e o gestor do projeto, fornecendo dados pormenorizados sobre a natureza, a duração provável e os efeitos prováveis das referidas circunstâncias. Salvo instrução em contrário por escrito do gestor do projeto, o Adjudicatário deve continuar a cumprir as suas obrigações contratuais na medida em que tal seja razoavelmente praticável e procurar todos os outros meios razoáveis que lhe permitam cumprir as suas obrigações cuja execução não seja impedida pelo acontecimento de força maior. O Adjudicatário só porá em prática esses meios alternativos se o gestor do projeto assim o decidir.
- 38.5. Se o cumprimento das ordens do gestor do projeto ou o recurso a meios alternativos em conformidade com o disposto no artigo 38.º, n.º 4, implicar despesas suplementares para o Adjudicatário, o respetivo montante deve ser confirmado pelo gestor do projeto.
- 38.6. Se qualquer caso de força maior que ocorra se prolongar por 180 dias, não obstante qualquer prorrogação do prazo de execução do contrato que por esse motivo tenha sido concedida ao Adjudicatário, cada uma das Partes terá o direito de rescindir o contrato mediante um pré-aviso de 30 dias à outra Parte. Se, no termo deste período de 30 dias, a situação de força maior se mantiver, o contrato terminará, ficando as partes, por conseguinte, em conformidade com a legislação que rege o contrato, desobrigadas da respetiva conclusão.

Artigo 39.º - Morte

- 39.1. Se o Adjudicatário for uma pessoa singular, o contrato termina automaticamente em caso de morte. Contudo, a Entidade Adjudicante deve examinar as eventuais propostas dos herdeiros ou sucessores legais, se estes tiverem notificado a intenção de dar seguimento ao contrato.
- 39.2. Se o Adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares e se verificar a morte de uma ou mais dessas pessoas, as Partes devem chegar a acordo quanto ao estado de adiantamento da execução do contrato, devendo a Entidade Adjudicante decidir rescindir ou continuar o contrato de acordo com o compromisso assumido pelos sobreviventes e pelos herdeiros ou beneficiários, consoante o caso.
- 39.3. Nos casos previstos nos n.ºs 1 e 2, as pessoas que se ofereçam para continuar a executar o contrato devem notificar desse facto a Entidade Adjudicante no prazo de

15 dias a contar da data da morte. A decisão da Entidade Adjudicante deve ser notificada aos interessados no prazo de 30 dias a contar da receção de tal proposta.

- 39.4. Essas pessoas serão solidariamente responsáveis pela correta execução do contrato ao mesmo título que o Adjudicatário falecido. A prossecução do contrato fica sujeita às regras relativas à constituição da garantia prevista no contrato.

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Artigo 40.º - Resolução de litígios

- 40.1. As Partes devem envidar todos os esforços no sentido de resolver amigavelmente os eventuais litígios relacionados com o contrato.
- 40.2. Em caso de litígio, uma das Partes deve comunicar à outra Parte a existência do litígio e a sua posição sobre o mesmo, bem como eventuais soluções que tiver em vista, solicitando a sua resolução amigável. A outra Parte deve responder a este pedido de resolução amigável no prazo de 30 dias, manifestando a sua posição sobre a questão. Salvo acordo das Partes em contrário, o prazo máximo previsto para se alcançar a resolução amigável é de 120 dias a contar da data da notificação que tiver desencadeado o procedimento. Se uma Parte não concordar com a proposta de resolução amigável da outra, não responder a tempo a essa proposta, ou se não se alcançar uma resolução amigável dentro do prazo máximo, considera-se que o procedimento de resolução amigável não foi bem sucedido.
- 40.3. Na ausência de resolução amigável, uma das Partes pode comunicar por escrito à outra Parte a intenção de resolver o litígio através da conciliação por um terceiro. Se a Comissão Europeia não for Parte do contrato, pode aceitar intervir na qualidade de conciliador. A outra parte deve responder a este pedido de conciliação no prazo de 30 dias. Salvo acordo das partes em contrário, o prazo máximo previsto para se obter a resolução por conciliação é de 120 dias a contar da data da notificação que tiver desencadeado o procedimento. Caso uma parte não atender ao pedido de conciliação apresentado pela outra parte, ou não responder dentro do prazo previsto, ou se não for obtida uma resolução do litígio no prazo máximo previsto, considera-se que o procedimento de conciliação não foi bem sucedido.
- 40.4. Se o procedimento de resolução amigável não for bem sucedido e se, depois de ter sido solicitado, o procedimento de conciliação também não for bem sucedido, cada uma das Partes pode remeter o litígio para uma decisão de um tribunal nacional ou de um tribunal arbitral, tal como especificado nas Condições Especiais.

Artigo 41.º - Legislação aplicável

- 41.1. O presente contrato é regido pelo direito do país da Entidade Adjudicante ou, se esta for a Comissão Europeia, pelo direito da União Europeia, completado, se necessário, pelo direito belga.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 42.º - Sanções administrativas e financeiras

- 42.1. Sem prejuízo da aplicação de outras sanções contratuais, um Adjudicatário que tenha proferido falsas declarações, cometido erros ou irregularidades substanciais ou fraude, ou não tenha respeitado as suas obrigações contratuais, pode ser excluído de todos os contratos e subvenções financiados pela UE por um período máximo de cinco anos a contar da data da infração, confirmada após procedimento contraditório com o Adjudicatário, em conformidade com o Regulamento Financeiro pertinente da UE. Este período pode ser aumentado para dez anos no caso de reincidência nos cinco anos subsequentes à primeira infração.
- 42.2. Além da sanção administrativa estabelecida no artigo 42.º, n.º 1, ou como alternativa, o Adjudicatário pode igualmente ser sujeito a sanções financeiras que representem 2 % a 10 % do preço total do contrato. Esta percentagem pode aumentar para um montante compreendido entre 4 % e 20 % no caso de reincidência nos cinco anos subsequentes à primeira infração.
- 42.3. Se a Entidade Adjudicante tiver direito a aplicar sanções financeiras, pode deduzi-las de quaisquer montantes devidos ao Adjudicatário ou executar a respetiva garantia.

Artigo 43.º - Verificações, controlos e auditorias por parte de organismos da União Europeia

- 43.1. O Adjudicatário deve permitir que a Comissão Europeia, o Organismo Europeu de Luta Antifraude e o Tribunal de Contas Europeu verifiquem a execução do contrato, através do exame de documentos, podendo fazer cópias dos mesmos, ou de controlos no terreno, nomeadamente o controlo de documentos originais. Para efeitos destas verificações e auditorias, os organismos da UE mencionados anteriormente devem poder efetuar uma auditoria completa, com base em documentos comprovativos das contas, outros documentos contabilísticos ou relativos ao financiamento do projeto. O Adjudicatário deve garantir que o acesso ao local é possível em qualquer momento razoável, nomeadamente aos seus escritórios, dados informáticos, dados contabilísticos e todas as informações necessárias para a realização das auditorias, incluindo informações relativas aos salários individuais das pessoas envolvidas no projeto. O Adjudicatário deve garantir que as informações estão prontamente disponíveis no momento da auditoria e, se lhe for solicitado, que os dados são entregues de forma adequada. Estas inspeções podem ser efetuadas durante um período de 7 anos após o pagamento do saldo final.
- 43.2. Além disso, o Adjudicatário deve autorizar o Organismo Europeu de Luta Antifraude a efetuar os controlos e as verificações no local, de acordo com os procedimentos previstos na legislação da União Europeia que visa a proteção dos interesses financeiros da União Europeia na luta contra eventuais fraudes ou irregularidades.

- 43.3. Para o efeito, o Adjudicatário compromete-se a autorizar ao pessoal da Comissão Europeia, do Organismo Europeu de Luta Antifraude e do Tribunal de Contas Europeu, bem como às pessoas por eles mandatadas, o acesso às instalações e a outros locais de execução do contrato, incluindo aos respetivos sistemas informáticos e ainda o acesso a todos os documentos e dados informatizados relativos à gestão técnica e financeira do projeto, e a tomar as medidas destinadas a facilitar essa tarefa. O acesso de pessoas mandatadas pela Comissão Europeia, pelo Organismo Europeu de Luta Antifraude e pelo Tribunal de Contas Europeu obedece a condições de estrita confidencialidade no que diz respeito a terceiros, sem prejuízo das obrigações de direito público a que estão sujeitas. A documentação deve estar facilmente acessível e classificada de forma a facilitar o seu exame, devendo o Adjudicatário informar a Entidade Adjudicante da sua localização exata.
- 43.4. O Adjudicatário compromete-se a assegurar que os direitos da Comissão Europeia, do Organismo Europeu de Luta Antifraude e do Tribunal de Contas Europeu no que respeita à execução de auditorias, controlos e verificações sejam igualmente aplicáveis, em igualdade de condições e segundo as modalidades previstas no presente artigo, aos eventuais subcontratantes ou outras partes que beneficiem dos fundos da UE/do FED.

Artigo 44.º - Proteção de dados

- 44.1. Todos os dados pessoais incluídos no contrato devem ser tratados em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 45/2001 relativo à proteção das pessoas relativamente ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos comunitários e à livre circulação desses dados. Os dados serão tratados exclusivamente para efeitos de execução, gestão e acompanhamento do contrato pela Entidade Adjudicante, sem prejuízo da eventual transmissão a organismos responsáveis pelo acompanhamento ou inspeção em conformidade com a legislação da União. O Adjudicatário tem o direito de aceder aos seus dados pessoais e de os retificar. Se o Adjudicatário tiver quaisquer questões relativas ao tratamento dos seus dados pessoais, deve colocá-las a Entidade Adjudicante. O Adjudicatário terá o direito de recurso, a qualquer momento, para a Autoridade Europeia para a Proteção de Dados.
- 44.2. Se o contrato exigir o tratamento de dados pessoais, o Adjudicatário só pode atuar sob a supervisão do responsável pelo tratamento dos dados, em especial no que se refere aos objetivos do tratamento, categorias dos dados, destinatários dos dados e a forma como a pessoa em causa pode exercer os seus direitos.
- 44.3. Os dados são confidenciais na aceção do Regulamento (CE) n.º 45/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos comunitários e à livre circulação desses dados. O Adjudicatário deve limitar o acesso aos dados ao pessoal estritamente necessário para a execução, gestão e acompanhamento do contrato.
- 44.4. O Adjudicatário compromete-se a adotar medidas de segurança adequadas, a nível técnico e organizacional, tendo em conta os riscos inerentes ao tratamento e à natureza dos dados pessoais em causa, a fim de:

- a) Impedir que uma pessoa não autorizada tenha acesso aos sistemas informáticos de tratamento dos dados pessoais, em especial:
 - aa) a leitura, cópia, alteração ou remoção não autorizada dos suportes de armazenamento;
 - ab) a inserção de dados não autorizada, bem como qualquer divulgação, alteração ou supressão não autorizada dos dados pessoais armazenados;
 - ac) a utilização por pessoas não autorizadas dos sistemas de tratamento de dados através de equipamento de transmissão de dados;
- b) Garantir que os utilizadores autorizados de um sistema de processamento de dados só podem aceder aos dados pessoais abrangidos pelo seu direito de acesso;
- c) Registrar quais os dados pessoais comunicados, quando e a quem;
- d) Garantir que o tratamento de dados pessoais por conta de terceiros só possa ser efetuado nos moldes prescritos pela instituição ou pelo órgão contratante;
- e) Assegurar que durante a comunicação de dados pessoais e transporte de suportes de dados, estes não podem ser lidos, copiados ou apagados sem autorização;
- f) Conceber a sua estrutura organizacional de modo a cumprir os requisitos de proteção dos dados.

* * *